



Coletânea da Jurisprudência

Despacho do Tribunal Geral (Segunda Secção) de 7 de março de 2017 — SymbioPharm/EMA

(Processo T-295/16)

«Recurso de anulação — Medicamentos para uso humano — Abertura do procedimento de consulta da EMA — Artigos 31.º a 34.º da Diretiva 2001/83/CE — Medicamento Symbioflor 2 e medicamentos com uma designação semelhante — Ato irrecorrível — Ato preparatório — Inadmissibilidade»

Recurso de anulação — Atos suscetíveis de recurso — Conceito — Atos que produzem efeitos jurídicos vinculativos — Carta da Agência Europeia dos Medicamentos que informa a abertura do procedimento de consulta no Comité de Medicamentos de Uso Humano — Ato que constitui uma fase preliminar num procedimento de consulta — Exclusão

(Artigo 263.º TFUE; Diretiva 2001/83 do Parlamento Europeu e do Conselho, artigos 32.º a 34.º)

(cf. n.ºs 21, 31, 33, 35)

Objeto

Pedido apresentado ao abrigo do artigo 263.º TFUE com vista à anulação da Decisão da EMA, de 1 de abril de 2016, relativa à abertura do procedimento de consulta previsto nos artigos 32.º a 34.º da Diretiva 2001/83/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de novembro de 2001, que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos para uso humano (JO 2001, L 311, p. 67), em relação ao medicamento Symbioflor 2 e a medicamentos com uma designação semelhante, na sequência de uma notificação feita pela República Federal da Alemanha nos termos do artigo 31.º da referida Diretiva.

Dispositivo

- 1) O recurso é julgado inadmissível.
- 2) A SymbioPharm GmbH é condenada nas despesas.